

## MUDANÇAS NA GEOGRAFIA ECONÔMICA DO BRASIL

Sylvio Carlos Bandeira de Mello e Silva\*

A profunda crise dos últimos anos não deve afastar os brasileiros da análise das questões de médio e longo prazos sob pena de, ao se tentar resolver problemas imediatos sem uma perspectiva mais ampla, colocar o País longe dos debates em torno da construção de uma nação realmente moderna. Pelo contrário, a atual crise deve nos remeter permanentemente para a discussão das grandes questões nacionais e vice-versa.

Um desses abrangentes e problemáticos temas é o do que trata dos desequilíbrios regionais existentes no País, reconhecidamente - ao lado das disparidades de renda pessoal - um dos mais altos do mundo.

Nos últimos anos, algumas importantes mudanças têm sido detectadas nesse campo, carregando em si mesmas um grande potencial em termos estratégicos. Com efeito, essas mudanças têm levantado a discussão em torno da questão da existência ou não da reversão da polarização no Brasil, tomando como base a contribuição teórica do economista regional Harry W. Richardson. Seguindo o mesmo, a reversão da polarização ocorre quando as tendências de polarização espacial na economia nacional dão lugar a um processo de dispersão espacial para fora da região central, em direção a outras regiões do sistema. Estaria isso ocorrendo entre nós nos últimos anos? E qual o significado dessa questão para o conjunto dos problemas nacionais?

Vejam, inicialmente, os estágios, de um lado, do processo de reversão da polarização, definidos por Richardson, e, por outro lado, os indicadores regionais brasileiros mais relevantes e mais recentes.

### Estágios da reversão da polarização

1. Início do processo concentrador do crescimento econômico nacional em somente uma ou duas regiões; estabelecimento das relações centro-periferia;
2. Início das transformações internas à região central com formação de deseconomias externas de aglomeração e implantação de mecanismos de descentralização, inclusive incentivados pelo Estado;

### Indicadores brasileiros

1. Grande concentração do crescimento econômico no Sudeste, sobretudo em torno do setor industrial de São Paulo; maximização dos desequilíbrios regionais na década de 50;
2. Superioridade do interior paulista, a partir de 1989, sobre a Região Metropolitana de São Paulo na composição do PIB estadual o que significa dizer que hoje o interior de São Paulo - uma área não metropolitana - é a mais importante região do País a nível sub-estadual; superioridade recente dos padrões de vida das cidades médias paulistas sobre os da Região Metropolitana de São Paulo; superioridade, em 1990, do PIB do Estado de Minas Gerais sobre o PIB do Estado do Rio de Janeiro;

---

\* Geógrafo e Professor Titular do Departamento de Geografia da Universidade Federal da Bahia.

3. Início da reversão da polarização a nível nacional com dispersão do crescimento para alguns centros de outras regiões;

4. Início do crescimento de centros dependentes dos mais importantes centros regionais;

5. Perda de população da região central e, possivelmente, de alguns centros regionais;

3. Expansão favorável da economia do Sudeste para a Região Centro-Oeste, sobretudo Mato Grosso e Goiás, e para o Sul; importante crescimento de centros metropolitanos em áreas periféricas, sobretudo Salvador e Manaus;

4. Rápido crescimento de centros secundários e de suas regiões de influência no Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso e Goiás; crescimento expressivo de centros e regiões do Nordeste e do Norte (Feira de Santana, Vitória da Conquista, Barreiras, áreas de projetos especiais, etc.);

5. Previsão de estabilização da participação da população do Sudeste na população brasileira; maior crescimento demográfico das cidades médias paulistas com relação à Região Metropolitana de São Paulo; idem para vários outros Estados.

Outros indicadores gerais nos dão mais informações sobre as mudanças recentes na economia espacial brasileira:

- a) alguns Estados periféricos brasileiros passaram a ter, nos últimos anos, relações comerciais superavitárias com o resto do Brasil, inclusive com a região central, o Sudeste, graças à importância dos projetos aí implantados. É o caso da Bahia, com o Pólo Petroquímico de Camaçari, e do Amazonas, em função da Zona Franca de Manaus. Alguns outros Estados periféricos começam, recentemente, a ter também relações comerciais superavitárias, como Sergipe, Mato Grosso e Goiás;
- b) Comparando os Censos Industriais de 1970, 1980 e 1985, percebe-se uma pequena mas contínua desconcentração da produção industrial global e por gênero de indústrias no Brasil;
- c) a participação do Estado de São Paulo no total da Renda Interna do País cai de 39% em 1970 para 34% em 1985 e a do Sudeste para de 65% para 58% no mesmo período; em contrapartida a participação do Norte dobra de 2% para 4%, a do Nordeste aumenta de 12% para 13,5%, a do Sul se mantém em torno de 17% e a do Centro-Oeste dobra sua participação de 3% para 6%, também entre 1970-1985.

Portanto, são extremamente relevantes, em termos econômico-sociais, as mudanças na região central, o Sudeste, bem adequadas às fases iniciais do modelo de Richardson, e estimulantes as transformações nos diversos tipos de região periférica no Brasil (Sul, Centro-Oeste, Norte e Nordeste). Elas permitem afirmar, em conjunto, que é possível projetar o desenvolvimento do País em termos bem mais equilibrados do ponto de vista regional, fato difícil de se imaginar há pouco tempo atrás. Certamente, não temos ainda a plena reversão da polarização mas, por outro lado, fica a certeza de que é factível reduzir sensivelmente os desequilíbrios regionais e com estes, as desigualdades sociais. Este é o maior significado

das mudanças acima relatadas. Isto deve ficar bastante claro justamente quando se discute a atual crise brasileira tentando fazer com que os esforços em superá-la não causem um retrocesso neste processo, ou seja, não implantem novos e poderosos mecanismos de concentração econômica. E os indicadores econômicos devem ser permanentemente confrontados com os sociais para se evitar a contradição de se ter, ao mesmo tempo, uma crescente redução dos desequilíbrios a nível da estrutura produtiva e um aumento das disparidades regionais a nível dos padrões de vida da população. Infelizmente, isto já está acontecendo no Brasil como resultado da crise dos últimos anos, conforme demonstrou, dentre outros, um recente trabalho do economista pernambucano M. C. Romão.

Todas estas questões devem nos levar, finalmente a rediscutir o modelo de crescimento do País, unindo de vez o econômico, o social e o espacial e ligando a crise aos problemas estruturais de alcance bem maior. No fundo, o que é preciso é reverter o quadro atual de dificuldades dentro de um amplo conjunto de novas proposições de crescimento, lógicas, eficientes e justas. A nova geografia econômica do Brasil fornece importantes pistas para a formulação de uma mais efetiva e equitativa política de desenvolvimento nacional.